



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diploma Mulher-Cidadã
Carlota Pereira de Queirós

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

DEZEMBRO - 2022

SUMÁRIO

Apresentação	5
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher	6
Histórico do Diploma	9
Perfil Carlota Pereira de Queirós	15
Conheça as 5 agraciadas com o Diploma – 2022	17
Conheça as demais indicadas ao Diploma – 2022	23



APRESENTAÇÃO

O Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós completa dez anos de existência mais uma vez homenageando cinco extraordinárias mulheres que contribuíram imensamente para o exercício da cidadania e a defesa dos direitos da mulher.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher que desde 2016, ano de sua criação, ficou responsável pela entrega do Diploma, tem orgulho de homenagear estas brasileiras que fizeram de suas vidas modelo de atuação em prol das causas femininas, servindo de exemplo às novas gerações que não de nos suceder.

Com atuação em diferentes áreas, as agraciadas demonstram que a participação feminina aumenta em todos os segmentos da sociedade e que a força das mulheres só tem a trazer engrandecimento e melhorias para o Brasil.

Deputada **POLICIAL KATIA SASTRE**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidente POLICIAL KATIA SASTRE (PL/SP)

1ª Vice-Presidente SILVIA CRISTINA (PL/RO)

2º Vice-Presidente DELEGADO ANTÔNIO FURTADO (UNIÃO/RJ)

3ª Vice-Presidente LAURIETE (PSC/ES)

TITULARES

CHRIS TONIETTO (PL/RJ)
DANIELA DO WAGUINHO (UNIÃO/RJ)
DELEGADO ANTÔNIO FURTADO (UNIÃO/RJ)
DIEGO GARCIA (REPUBLICANOS/PR)
DRA. SORAYA MANATO (PTB/ES)
DULCE MIRANDA (MDB/TO)
ELCIONE BARBALHO (MDB/PA)
LAURIETE (PSC/ES)
MARINA SANTOS (REPUBLICANOS/PI)
POLICIAL KATIA SASTRE (PL/SP)
SILVIA CRISTINA (PL/RO)
SÓSTENES CAVALCANTE (PL/RJ)
TEREZA NELMA (PSD/AL)
GREYCE ELIAS (AVANTE/MG)
PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (AVANTE/BA)
FERNANDA MELCHIONNA (PSOL/RS)
REJANE DIAS (PT/PI)
TABATA AMARAL (PSB/SP)
TALÍRIA PETRONE (PSOL/RJ)
VIVI REIS (PSOL/PA)
ÁUREA CAROLINA (PSOL/MG)

SUPLENTES

ALAN RICK (UNIÃO/AC)
ALINE GURGEL (REPUBLICANOS/AP)
CELINA LEÃO (PP/DF)
EMANUEL PINHEIRO NETO (MDB/MT)
FÁBIO TRAD (PSD/MS)
JONES MOURA (PSD/RJ)
LIZIANE BAYER (REPUBLICANOS/RS)
NORMA AYUB (PP/ES)
ROSANA VALLE (PL/SP)
ALEXANDRE FROTA (PROS/SP)
FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
ERIKA KOKAY (PT/DF)
SÂMIA BOMFIM (PSOL/SP)



HISTÓRICO DO DIPLOMA CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

O Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós – uma iniciativa da Deputada Laura Carneiro – foi criado por meio da Resolução nº 3, de 2003, destinado a agraciar mulheres que, no País, tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero.

Com a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), a indicação das agraciadas para o Diploma Carlota Pereira de Queirós passou a ser competência da referida Comissão.

A Câmara dos Deputados, desde a aprovação da Resolução nº 3/2003, já agraciou cinquenta mulheres, premiando cinco indicadas por ano, nos seguintes anos: 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021.

*A primeira edição do prêmio, entregue em março de 2004, contemplou a médica **Zilda Arns**, fundadora e coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Criança, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a feminista e escritora **Rose Marie Muraro**; a advogada e ativista **Ana Montenegro**; a educadora **Maria das Dores Muniz**; e a ex-presa política e ex-integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia **Maria Amélia de Almeida Teles**.*

*Em 2006, a entrega do Diploma aconteceu no Dia Internacional da Mulher. As indicadas foram a **ex-deputada Janete Capiberibe**; a cantora **Daniela Mercury**; a médica **Albertina Takiuti**; a religiosa **Irmã Dolores**; e a ativista política na área de direitos humanos **Iramaya Benjamim**.*

No ano de 2007, o Diploma Mulher-Cidadã foi entregue na véspera do Dia Internacional da Mulher, em cerimônia no Salão Negro da Câmara dos Deputados. A bancada feminina escolheu cinco homenageadas para receber

o diploma, a saber: **Ellen Gracie**, presidente do Supremo Tribunal Federal; **Maria da Penha**, biofarmacêutica, vítima de violência doméstica cujo caso deu origem à lei que leva seu nome; **Míriam Tsibodowapré**, a **Míriam Terena**, líder indígena responsável pela criação da primeira organização de mulheres indígenas do País, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (Conami); **Ana Maria Rizzante Gallazzi**, italiana radicada no Brasil desde 1977 como missionária da Igreja Católica, atua na Comissão Pastoral da Terra do Amapá; e **Irmã Louis Marie de Jesus Sagesse**, a **Irmã Marie**, nascida na Bélgica e batizada originalmente como Zélie Culée, é freira da Congregação das Filhas da Sabedoria, que vive há 30 anos no Brasil e atua na área de ação social em favor dos pobres e carentes de São Paulo.

Em 5 de março de 2008, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, aconteceu a cerimônia de entrega do Diploma Mulher Cidadã “Carlota Pereira de Queirós” cujos agraciados foram: deputada **Ceci Cunha** (in memoriam); a educadora **Marilena Chauí**; **Olga Benário Prestes** (in memoriam); a parteira do Amapá **Jovelina Costa dos Santos**; e a artesã cearense **Maria Miguel de Oliveira “Rosinha”**.

Em 2009, aconteceu a quinta edição do Diploma Mulher-Cidadã “Carlota Pereira de Queirós”. O Diploma foi entregue às seguintes mulheres: **Cristina Buarque**, Secretária de Mulheres de Pernambuco; **Vitória Motta Leste**, vice-presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social de Minas Gérias; **Lucinha Araújo**, presidente da ONG Sociedade Viva Cazuzu; a **ex-deputada Maria Elvira**; e a assistente social **Gilse Maria Westin Cosenza**, anistiada política que atuou em várias organizações sociais.

Após um intervalo de sete anos, a Câmara dos Deputados retomou, no dia 1º de dezembro de 2016, a premiação de mulheres que se destacam pela contribuição para o exercício da cidadania, em defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil.

Em Sessão Solene no Plenário Ulysses Guimarães, presidida pela

Deputada Gorete Pereira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), cinco brasileiras foram homenageadas com o “Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”. Elas foram indicadas por parlamentares e escolhidas pela CMulher para receber o diploma. Eis as agraciadas: **Amini Haddad Campos**, juíza estadual em Mato Grosso; **Cármen Lúcia Antunes Rocha**, ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); **Maria da Conceição Dias de Albuquerque**, missionária e fundadora da Associação dos Missionários da Solidariedade; **Luiza Helena de Bairros** (homenagem póstuma à ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial durante o governo Dilma Rousseff) e **Tânia Regina Pereira Rodrigues**, fundadora da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

Em 2017, segundo ano de funcionamento da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela Deputada Shéridan, foram escolhidas cinco mulheres para receberem o Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós. Em Sessão Solene, no dia 26 de outubro daquele ano foram agraciadas as senhoras: **Daniela Rodrigues Teixeira**, vice-presidente da OAB/DF; **Elza da Conceição Soares**, cantora; **Maria Gabriela Prado Manssur**, promotora de justiça do Estado de São Paulo; **Marina Kroeff**, médica e **Raimunda Gomes da Silva**, extrativista da quebra de coco babaçu.

Em 2018, foram eleitas **Alzira Soriano Teixeira** (in memoriam), primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina; **Ana Cristina Ferro Blasi**, advogada, juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa”; **Marielle Franco** (in memoriam), socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro em 2016, cargo que exerceu até março de 2018, quando foi assassinada; **Mônica Spada e Sousa**, diretora-executiva da Maurício de Sousa Produções, lançou o projeto “Donas da Rua” em 2016, em parceria com a ONU Mulheres; e **Renata Gil de Alcântara Videira**, juíza responsável pela organização do prêmio “Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos”.

Em 2019, foram eleitas **Catarina Cecin Gazele**, procuradora de Justiça do Espírito Santo; **Cristina Castro Lucas de Souza**, professora da Universidade de Brasília (UnB); **Dulcinéia de Oliveira**, presidente da Associação Habitacional Nova Terra, em Minas Gerais; **Marta Vieira da Silva**, jogadora de futebol; e **Solange Bentes Jurema**, procuradora do Ministério Público de Alagoas.

Em 2021, as homenageadas foram **Cristiane Britto**, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; **Lenira Maria de Carvalho** (in memoriam), fundadora da Associação das Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife, da Associação das Trabalhadoras Domésticas do Recife e co-fundadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO), sendo ainda uma das mil mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006; **Salette Silva Sommariva**, desembargadora e Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tendo atuado na criação da Campanha Sinal Vermelho; **Suéli do Socorro Feio**, fundadora do projeto “Costurando Sonhos”, que capacita e certifica mulheres da comunidade local em situações de extrema vulnerabilidade social, conferindo a essas mulheres renda própria e independência financeira, e que hoje está presente em várias cidades brasileiras, produzindo acessórios e roupas com a marca “Costurando Sonhos Brasil”, que é comercializada pela Americanas.com; e **Terezinha Ramires Lima** (in memoriam), médica, fundadora da Associação Alagoana PróMulher, tendo participado do movimento pela criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM), sendo sua primeira Presidente, e colaborado com o projeto de lei criador da Polícia Feminina e atuado para que fosse criada a primeira equipe feminina de bombeiros do Estado de Alagoas.

A prática de conceder premiações a pessoas e entidades que se destacaram em determinadas áreas tem sido uma constante na Casa a exemplo da concessão, em abril do ano em curso, do Prêmio Dr. Pinotti - Hospital Amigo da Mulher (instituído em 2009). São exemplos ainda a concessão de premiações como: Prêmio Darcy Ribeiro de Educação (instituído em 1998), “Selo Cidade Cidadã” (2003), Prêmio Transparência e Fiscalização Pública (2003), Prêmio Brasil Mais Inclusão (2005), Prêmio de Direitos Humanos Evandro Lins e Silva (2014), Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira (2014), Prêmio Dignidade no Trabalho (2014), Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação (2015). Com tais homenagens, a Câmara dos Deputados valoriza e reconhece publicamente iniciativas que contribuem para a plena implementação de direitos e garantias instituídas na Constituição Federal e em vasta legislação aprovada pelo Poder Legislativo.



PERFIL DE CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

Carlota Pereira de Queirós (13/02/1892 - 14/04/1982) nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora, pedagoga e política, Carlota Pereira foi a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

Filha de José Pereira de Queiroz e de Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, com a tese Estudos sobre o Câncer. Interna da terceira cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe do Laboratório de Clínica Pediátrica (1928), foi assistente do professor Pinheiro Cintra.

Foi comissionada pelo governo de São Paulo em 1929 para estudar Dietética Infantil em centros médicos da Europa.

Membro da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, "Association Française pour l'Étude du Cancer", Academia Nacional de Medicina e Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, fundou a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, em 1950.

Ingressando na política, foi a primeira deputada federal da história do Brasil. Eleita pelo estado de São Paulo em 1934, fez a voz feminina ser ouvida no Congresso Nacional.

Seu mandato foi em defesa da mulher e das crianças, trabalhava por melhorias educacionais que contemplassem melhor tratamento das mulheres. Além disso, publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira.

Ocupou seu cargo até o Golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso. Segue abaixo parte do discurso proferido pela parlamentar em 13 de março de 1934:

“Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Acolhe-nos, sempre, um ambiente amigo. Esta é a impressão que me deixa o convívio desta Casa. Nem um só momento, me senti na presença de adversários. Porque nós, mulheres, precisamos ter sempre em mente que foi por decisão dos homens que nos foi concedido o direito de voto. E, se assim nos tratam eles hoje, é porque a mulher brasileira já demonstrou o quanto vale e o que é capaz de fazer pela sua gente. Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que ela também fosse chamada a colaborar. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. Não há muitos anos, o lar era a unidade produtora da sociedade. Tudo se fabricava ali: o açúcar, o azeite, a farinha, o pão, o tecido. E, como única operária, a mulher nele imperava, empregando todas as suas atividades. Mas, as condições de vida mudaram. As máquinas, a eletricidade, substituindo o trabalho do homem, deram novo aspecto à vida. As condições financeiras da família exigiram da mulher nova adaptação. Através do funcionalismo e da indústria, ela passou a colaborar na esfera econômica. E, o resultado dessa mudança, foi a necessidade que ela sentiu de uma educação mais completa. As moças passaram a estudar nas mesmas escolas que os rapazes, para obter as mesmas oportunidades na vida. E assim foi que ingressaram nas carreiras liberais. Essa nova situação despertou-lhes o interesse pelas questões políticas e administrativas, pelas questões sociais. O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.”

CONHEÇA AS 5 AGRACIADAS COM O DIPLOMA - 2022

DALVA CHRISTOFOLETTI PAES DA SILVA

INDICAÇÃO: Deputado Geninho Zuliani (UNIÃO/SP)



Dalva Christofoletti Paes da Silva atua no movimento municipalista desde a década de 50, tendo participado ativamente da criação da Confederação Nacional de Municípios-CNM em 1980, órgão que hoje congrega os 5.568 municípios brasileiros. Em 2017 fundou o Movimento Mulheres Municipalistas – MMM, com o objetivo dar mais voz às mulheres na sociedade, atuar na luta

da violência contra a mulher e ampliar a presença feminina em cargos de direção e decisão em todas as esferas de poder. A indicada atualmente é Presidente do CEAME - Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresa.

ELAINE CRISTINA PIMENTEL COSTA

INDICAÇÃO: Deputada Tereza Nelma (PSD/AL)



A socióloga Elaine Cristina Pimentel Costa é a atual diretora da Faculdade de Direito de Alagoas, na Universidade Federal de Alagoas. Como pesquisadora, vem desenvolvendo importantes estudos sobre gênero e sistema de justiça criminal, em especial sobre o encarceramento feminino, sendo autora dos livros “Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas” e “As

mulheres e a vivência pós-cárcere”. É líder do grupo de pesquisa “CARMIM Feminismo Jurídico Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP)”, também da Faculdade de Direito da UFALA indicada compõe a equipe de voluntárias-fundadoras do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM), em Maceió/AL, organização não-governamental de mulheres, sem fins lucrativos, fundada em 2018, com atuação na assistência jurídica, psicológica e social para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade social, onde atua, desde a fundação, como Coordenadora de Projetos. A convite do Ministério Público de Alagoas recentemente desenvolveu importante pesquisa sobre assédio moral e sexual praticado contra mulheres profissionais de segurança pública de Maceió. A pesquisa instruiu recomendação do Ministério Público para diversos órgãos, fomentando o desenvolvimento de políticas institucionais de enfrentamento ao assédio moral e sexual praticado contra mulheres na segurança pública.

ÉRICA VERÍCIA CANUTO DE OLIVEIRA VERAS

INDICAÇÃO: Deputada Carla Dickson (UNIÃO /RN)



Érica Verícia é Promotora de Justiça no RN e professora da graduação e pós-graduação em Direito da UFRN. Tem atuação diária nos processos em defesa das mulheres vítimas de violência e, nessa qualidade, coordena dois projetos que já foram reconhecidos nacionalmente: o projeto “Grupo Reflexivo de Homens”, que trabalha a educação em direitos humanos e contra a violência doméstica

e familiar, e o projeto “Guardiã Maria da Penha”, que tem por objetivo acolher mulheres com medidas protetivas e seus filhos. A indicada também escreve artigos e livros sobre a matéria e realiza palestras como forma de disseminar a cultura de paz e contribuir para a transformações dos padrões socioculturais de desigualdade de gênero além de proporcionar reflexões sobre estereótipos de gênero e violência. A promotora acredita que o acolhimento individual, acolhedor leva a mulher a romper com o ciclo da violência e ter autonomia financeira e emocional contribuindo para o seu empoderamento, que significa conhecer os seus direitos e onde buscá-los, sentindo-se segura na sua autonomia e decisão.

MUNA ZEYN

INDICAÇÃO: *Deputada Luiza Erundina (PSOL/SP)*



Ativista dos direitos da mulher, Muna Zeyn participou da elaboração e construção do relatório anual do Governo Federal sobre investimento de políticas públicas para as mulheres, da criação do Projeto de Lei da Brinquedoteca e da elaboração do projeto de lei sobre o direito da gestante a um parto seguro. A indicada também participou da fiscalização da aplicação

deste diploma legal, norma que garante à gestante o conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi apresentadora do programa "ALL TV Mulher", do programa de rádio "A hora e a vez das Mulheres", do programa "Palavra de Mulher", na rádio Tupi (AM) e do programa "Palavra de Mulher", na rádio USP, em 2009. Também é responsável pelo blog "Palavra de Mulher", em que aborda questões relacionadas à mulher. Muna Zeyn, como membro titular do Comitê de Vigilância à Mortalidade Materna do Estado de São Paulo, também ajudou a instalar os comitês de mortalidade materna nos diversos municípios do estado.

SIMONE FRANCESKA PINHEIRO DAS CHAGAS

INDICAÇÃO: Deputado Vavá Martins (REPUBLICANOS/PA)



Simone Franceska Pinheiro das Chagas foi comandante da Companhia Independente de Polícia Escolar da Polícia Militar do Pará- PMPA (2019), onde lutou pelos direitos de crianças e adolescentes no âmbito escolar. Em 2020, ainda como major, comandou o 14º Batalhão da PMPA, no município de Barcarena, sendo responsável por liderar a operação que realizou a maior apreensão de drogas já registrada em todo estado, sendo a única major feminina do estado a comandar unidade militar em nível de batalhão. Tirou de circulação 2,6 toneladas de cocaína, inviabilizando o enriquecimento do narcotráfico na região do Pará, levando a paz para as famílias e diminuindo sensivelmente o número de mulheres que sofrem agressões de seus companheiros por uso de entorpecentes, bem como do número de escravas sexuais, para o consumo dessas drogas em uso próprio ou para benefício de terceiros. A indicada também dá palestras para grupos vulneráveis de mulheres vítimas de maridos e companheiros, em que orienta como defender-se em situações de vulnerabilidade.



CONHEÇA AS DEMAIS INDICADAS AO DIPLOMA – 2022



INDICADA:

**ALESSANDRA
APARECIDA MUNIZ**

INDICAÇÃO: Dep. Dulce Miranda
(MDB/TO)

A Alessandra Aparecida Muniz é advogada e Presidente do Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – Seção Tocantins (IBDFAM-TO) tendo sido também membro titular da mesa de diversos órgãos de prevenção de violências e também de amparo aos idosos. A advogada promoveu diversas campanhas sociais com atendimentos às mulheres em vulnerabilidade; criação e distribuição de cartilhas sobre combate à violência contra a mulher e campanhas com mulheres trans. Essas ações tiveram impacto tanto na questão de denúncias contra os agressores, do esclarecimento dos direitos destas mulheres e também em relação a questões profissionais. A indicada propôs também a lei municipal 2480/2019 – que dispõe sobre o nome afetivo de crianças e adolescentes em processo de adoção e participou da organização do Fórum de Diversidade Sexual e de Gênero do IBDFAM-TO.



INDICADA:
ALINE RISI DOS SANTOS

INDICAÇÃO: *Dep. Gilberto Abramo
(REPUBLICANOS/MG)*

A mineira Aline Risi dos Santos é policial civil em seu estado. Ter sido vítima por duas vezes de violência doméstica a levou a fundar o Instituto Amadas, que acolhe e orienta mulheres de maneira humanizada, vítimas ou não de violência, nas áreas jurídicas e psicológica. A indicada também é líder sindical da polícia civil de Minas Gerais desde 2016, participando do movimento das mulheres policiais do Brasil, que busca mais direitos para as mulheres que atuam na área.



INDICADA:
CLEUZA LUIZ DE ASSUNÇÃO

INDICAÇÃO: *Dep. José Mario Schreiner*
(MDB/GO)

A professora Cleuza Assunção, ex-prefeita do município de Britânia (GO) por dois mandatos, sempre atuou em prol de questões sociais para melhorar a qualidade de vida das mulheres, em particular das mulheres goianas. A indicada atualmente é líder partidária e coordenadora do Fórum Estadual de Instância de Mulher de Partidos Políticos.



INDICADA:
DAMARES ALVES

INDICAÇÃO: Dep. Rosangela Gomes
(REPUBLICANOS/RJ)

Damares Alves é advogada, educadora e pastora evangélica, e nos anos 80 iniciou sua trajetória pública fundando o Movimento Nacional Meninas e Meninos em Sergipe, que tinha como principal objetivo a proteção de crianças em situação de rua. Atuou, na mesma época, na defesa dos direitos das mulheres pescadoras e trabalhadoras do campo. Foi ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2018 até março deste ano. Sua atuação à frente desta pasta teve como destaques a implementação da Estratégia Nacional do Empreendedorismo Feminino, o investimento na construção de 23 novas Casas da Mulher Brasileira, várias políticas de enfrentamento ao feminicídio no país via Disque 180 e também o lançamento do Programa Mães do Brasil, para proteção integral às gestantes e à maternidade.



INDICADA:
ROSELI ISIDORO

INDICAÇÃO: Dep. Gustavo Fruet (PDT/PR)

Servidora da Universidade Federal do Paraná, Roseli Isidoro foi vereadora em Curitiba entre 2003 a 2008. Durante o período de 2013 a 2016 esteve à frente da Secretaria da Mulher de Curitiba, período em que implantou a Patrulha Maria da Penha, a campanha Busão Sem Abuso e a Casa da Mulher Brasileira. A política de enfrentamento à violência contra a mulher implementada pela Secretaria conquistou avanços inéditos. Em 2012 Curitiba ocupava o 4º lugar no ranking nacional de assassinatos de mulheres, porém, desde 2013, por meio das ações da Secretaria Extraordinária da Mulher, que tinha a indicada como Secretária, Curitiba diminuiu seus índices de violência contra as mulheres. De 2014 a 2016, a Patrulha Maria da Penha de Curitiba atendeu 6.794 mulheres vítimas de violência e encaminhou 100 flagrantes à Delegacia da Mulher. Atualmente Roseli Isidoro mantém-se ativa na luta pelos os direitos da mulher junto à União das Mulheres de Tibau do Sul, no estado do Rio Grande do Norte.



INDICADA:

THAÍSA GUERREIRO DE SOUZA

INDICAÇÃO: Dep. Doutor Luizinho (PP/RJ)

A defensora pública Thaísa Guerreiro de Souza atua principalmente na área dos direitos humanos, saúde coletiva e políticas públicas para as mulheres no estado do Rio de Janeiro. Por seu trabalho neste órgão recebeu Menção Honrosa pela "Atuação

da Defensoria Pública do Rio de Janeiro na crise da saúde" no Seminário de Litigância Estratégica em Direitos Humanos: Usos, Sentidos e práticas na Defensoria Pública. Atualmente a indicada é Coordenadora de Saúde Pública e Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.